

Urbanização (In)sustentável em Ilha de Maré: Estudo de Caso da vila de Santana

Silvia Verena Escudero

Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
silvia.escudero1@sedur.ba.gov.br

1 INTRODUÇÃO

A Ilha de Maré por força da sua região de inserção na Baía de Todos os Santos, município de Salvador, Estado da Bahia, encontra-se relacionada a dinâmicas econômicas de natureza global e inserida no rol das atividades tradicionais do Recôncavo. Com potencialidades compatíveis com o seu porte, apresenta a principal vocação em ser local de moradia de comunidades extrativistas e local de turismo de baixa densidade, o que evidencia o seu território como vulnerável. No se entorno situam-se empresas transnacionais de industrialização e a zona de operação portuária do Complexo de Aratu, para as quais a sobrevivência das comunidades tradicionais não é uma prioridade, assim como a metrópole de Salvador, junto a qual não adquire economia de escala quanto às suas atividades produtivas.

Define-se como urbanização informal, a consolidação de áreas com ocupações espontâneas, “[...] que tenham surgido por meio de um processo informal, constituído inicialmente por habitações improvisadas, com padrão construtivo precário e problemas de infra-estrutura [...]” (BORJA; MORAES e DIAS, 2003, p.4).

Analisar-se o conceito de *urbanização*, num contexto de Unidade de Conservação, localizada em zona costeira, numa ilha que abriga várias comunidades tradicionais, exige que a temática desta pesquisa seja inserida num conceito mais amplo, no caso, *desenvolvimento sustentável*. Este conceito é considerado vago por muitos estudiosos, encontrado sob controvérsias e criticado por inúmeras vertentes ideológicas. Segundo Backes (2002), alguns autores preferem tratar a *sustentabilidade* como uma noção e não como um conceito. Situa-se neste estudo como “um princípio em evolução”, um “conceito infinito” (ACSELRAD, 1999, p.80), em uma visão processual.

Há, porém uma convergência de pensamento entre os teóricos, de que este tipo de desenvolvimento pressupõe uma profunda mudança nas relações sociais de produção. Assim, uma maior consciência social e organização, são elementos imprescindíveis para mudanças, e introduzem a visão processual da *sustentabilidade* enquanto meta, à qual se

atém esta pesquisa. Segundo Carlos (1991) “[...] não se trata só de um homem, mas de uma sociedade cada vez mais diferenciada e desigual”. Não se trata de uma natureza exclusivamente natural. No desenvolvimento sustentável “[...] trata-se de buscar-se o uso possível onde se coloca cada vez mais a dimensão da sociedade humana na perspectiva do que é produzido socialmente”. (p.76).

Com apoio nestes conceitos analisa-se o processo de urbanização da Ilha de Maré e, em maior detalhe, da vila de Santana, cujos reflexos contribuem para a (in) sustentabilidade ambiental da localidade. Avalia-se também como a Ilha de Maré, inserida no contexto da Baía de Todos os Santos, vem sendo considerada nas políticas públicas do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, tanto nas esferas de poder estadual quanto municipal.

2. ILHA DE MARÉ¹

A Ilha de Maré localiza-se a cerca de 5 km de São Tomé de Paripe, subúrbio de Salvador, possui uma população de 5.712 habitantes (dados do IBGE, 2000), distribuída em uma área de 1.378,57 ha ou 13,79 km². Possui uma densidade populacional de 302,66 hab/km² e 953 domicílios situados em pequenas localidades da borda litorânea da Baía de Todos os Santos, denominadas: Itamoabo, Botelho, Santana, Neves, Praia Grande, Bananeiras, Maracanã, Porto dos Cavalos, Caquende e Martelo (ver fig 1).



Figura 1 – Inserção Regional

Fonte: Base Cartográfica da Bahia. SEI,2001

Escala: 100.000

¹ Capítulo da monografia “Urbanização (In)Sustentável em Ilha de Maré: estudo de caso da vila de Santana”. (ESCUDEIRO, 2010).

Com um relevo acidentado e variações altimétricas na faixa de 0 a 105 m, essa ilha apresenta-se com a costa recortada e caracteriza-se por reentrâncias e saliências, falésias e praias arenosas. Apresenta belos manguezais, principalmente na porção mais ao norte da ilha, que desempenham importante papel no ecossistema e economia local, além de formações recifais mais ao sul. A vegetação não se encontra mais tão íntegra quanto a alguns anos atrás, contando-se com poucos remanescentes de Mata Atlântica.

Observa-se desequilíbrio entre as porções norte e sul da Ilha, e podem ser constatadas diferenças nos níveis de adensamento, urbanização e oferta de infraestrutura nos seus diversos núcleos povoados. A situação dos moradores nas localidades da porção norte é mais precária e arriscada, devido à proximidade da zona industrial e portuária, ao contrário dos vizinhos do sul, onde há maior oferta de equipamentos e serviços e maior distância de fontes poluidoras.

2.1 OS MEIOS DE SOBREVIVÊNCIA

O poder aquisitivo da maioria da população da Ilha é baixo. Em relação às faixas de renda mensal 61,15% dos chefes de família recebem até 1 salário mínimo e 30,79% entre 1 e 3 SM, não se registrando ninguém com rendimento superior a 20 salários mínimos (SANTOS *et al*, 2010). A principal atividade desenvolvida é a pesca artesanal, concentrada no norte da ilha (sobretudo em Porto dos Cavalos e Bananeiras). Muitos dos moradores das demais localidades, além de artesãos de cestaria e de doces de banana (notadamente em Praia Grande) e rendeiras (com forte presença em Santana), são também pescadores e marisqueiras. Em Santana encontra-se o maior número de funcionários públicos (municipais) e os empregados nas indústrias.

De acordo com informações do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) de Maré, em 2010, a renda da pequena economia local nunca é fixa e as dificuldades de sobrevivência da população durante a baixa estação (abril-setembro) aumentam, devido ao resfriamento do mar, diminuindo a quantidade de pescado, e população flutuante, que ajuda a fazer o capital de giro das demais atividades desenvolvidas. Na alta estação, melhora a locomoção e aumenta a população flutuante, devido ao veraneio e presença de turistas.

2.2 AMBIGÜIDADES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas de desenvolvimento turístico e desenvolvimento industrial

Algumas situações de ambigüidades em que se encontra a Baía de Todos os Santos (BTS) podem ser analisadas, pela natureza conflitante e desproporcional das diversas atividades econômicas que ocorrem no seu entorno. Em termos de lazer e turismo é importante relevar-se a potencialidade representada pela BTS: belas praias, calmas e propícias para o banho e prática de esportes náuticos, paisagens paradisíacas nas suas diversas ilhas, além de cidades históricas que se constituem em valioso patrimônio cultural, e que a tornam um imenso potencial turístico a ser melhor desenvolvido.

A BTS está inserida, em grande parte, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), unidade territorial de grande complexidade, tanto pela concentração demográfica quanto industrial. Comporta o Centro Industrial de Aratú (CIA); indústrias na Bacia do Rio Subaé; o Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec); além das atividades de extração e beneficiamento de petróleo da Petrobrás, e diversos terminais marítimos como o Porto e Base Naval de Aratú.

Em décadas passadas foram estudadas, pelo Governo do Estado, hipóteses básicas para o desenvolvimento turístico do Estado, segundo as quais a BTS e suas ilhas estariam incluídas em uma estratégia de integração do turismo na economia do Recôncavo. (BAHIA, 1974c, p.55). Assim, Ilha de Maré passou a ser indicada para planos e programas como *Zona de Interesse Turístico* e, ao mesmo tempo, inserida numa *Zona de Interesse Industrial*, situação que pode ser considerada ambígua.

Em época recente (2008), o Governo do Estado, por meio do Plano Estratégico do Turismo Náutico elege a BTS como área-piloto do turismo náutico no Brasil, tornando-a uma região turística prioritária, e cuja estratégia se apóia na “redescoberta da Baía de Todos os Santos” (BAHIA, 2009, p.10). O mesmo plano apontava como ponto forte “patrimônio cultural amplo e diversificado” e como ponto fraco “processo instalado ou crescente de degradação ambiental” (idem, p.82).

De modo geral, os empreendimentos e atividades industriais existentes são considerados importantes para a economia estadual e nacional, geradores de progresso e oportunidades de empregos para os setores de mão de obra mais qualificada. Na maioria dessas empresas dispõe-se de avançados programas de gestão ambiental que objetivam minorar os riscos de acidentes em suas operações. Porém, o lucro auferido por estes setores de ponta (nacionais e internacionais), à custa de sérios impactos negativos para o ambiente e saúde humana, implica em maior atenção e responsabilidade dos governos,

desde a manutenção de estruturas técnicas de monitoramento, até a intermediação, junto às empresas, de pactos de compensação ambiental e social.

Na atualidade, o excesso de indústrias com despejos, nem sempre dentro das normas; o risco envolvido nas atividades portuárias e petrolíferas; um turismo que impacta o meio ambiente negativamente; o crescimento das atividades de carcinicultura (cultivo do camarão) nos manguezais; a poluição atmosférica; o esgotamento sanitário deficiente; a pesca com bomba e a destruição da Mata Atlântica destacam-se como os maiores complicadores para o desenvolvimento sustentável desse espaço.

Agravam estas ameaças, as atividades de dragagem do Canal de Cotegipe, com risco de disseminação de metais pesados sedimentados acumulados no fundo da baía, além de novos riscos provenientes das atividades de operações do futuro Pólo da Indústria Naval, situado na baía do Iguape que constará da implantação de estaleiros de diferentes portes para construção de sondas de perfuração, plataformas marítimas, além de reparos de navios e plataformas. Ao que se apresentam para o futuro, as contradições apontadas tenderão a crescer

Política de Desenvolvimento Ambiental

A APA da Baía de Todos os Santos envolve as águas e o conjunto de suas ilhas (BAHIA, 2001). O sistema de gestão cabe atualmente à Secretaria Estadual de Meio Ambiente com a competência de analisar e fiscalizar os empreendimentos; promover a participação dos diversos segmentos da sociedade, além de elaborar o Plano de Manejo e Zoneamento para o desenvolvimento sustentável das ilhas da BTS.

Os estudos ambientais elaborados pelo município de Salvador para seu Plano Diretor, em 2000, ressaltavam a relevância ambiental de algumas unidades de conservação localizadas na BTS, enquadrando-as na categoria *Áreas de Valor Ecológico Ambiental*. São elas: APA da Baía de Todos os Santos; Reserva Ecológica da Ilha de Maré e Reserva Ecológica da Ilha dos Frades. Esses mesmos estudos apontavam a necessidade de montar uma estrutura de gestão interinstitucional entre órgãos da prefeitura de Salvador, Governo do Estado e municípios interessados, englobando a sociedade civil e produzindo-se Planos de Manejos eficientes. (SALVADOR, 2000).

Visando preservar os atributos ambientais considerados essenciais à manutenção das atividades extrativistas, e, com a eminência de aportar na ilha um turismo de massa, os órgãos de planejamento turístico decidiram em 1982, considerar a Ilha de Maré como

Reserva Ecológica Municipal². O decreto previa, como medida extrema, a desapropriação da ilha num prazo de 5 anos. Este prazo, porém, venceu sem que fosse implementado, mas mesmo assim, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, continua incluindo atualmente esta Reserva Ecológica nas unidades de conservação da BTS.

A situação é paradoxal, pois nos estudos ambientais citados (2000), a mesma Reserva Ecológica consta como unidade de conservação do Município e como área de valor ecológico ambiental. No entanto, causa surpresa que o PDDU de 2008, sem citá-la, recomende que apenas a Ilha dos Frades seja estudada para tornar-se unidade de conservação integral, sem incluir a Ilha de Maré. Sendo assim, Ilha de Maré continuaria pertencendo à APA da BTS, bem como Frades, mas a proposta para uma UC de uso sustentável certamente agregaria maior proteção legal para Maré e suas atividades extrativistas.

No âmbito federal, o SNUC³ reforça a proteção dos recursos das populações tradicionais, justificando-se, a depender, a criação de unidades de conservação de uso sustentável. A Fundação Palmares emitiu entre 2004-2005, cinco certificações de comunidades remanescentes de quilombos, em Ilha de Maré: Praia Grande, Bananeiras, Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa.

Política de Desenvolvimento Urbano - PDDU – 2008.

O Macro-zoneamento do PDDU de Salvador enquadra o território da Ilha de Maré na *Macro-zona de Proteção Ambiental* e como *Área de Proteção e Recuperação Ambiental* e institui a Política Municipal de Habitação de Interesse Social (PHIS) onde foram estabelecidas 06 ZEIS⁴, para a Ilha. São localidades costeiras, situadas em APA, onde se encontram núcleos tradicionais e remanescentes de quilombos (ver fig.2 e 3).

No sentido de serem evitadas situações de ambigüidades, será importante o aprofundamento nas discussões de critérios para o tratamento especial dessas ZEIS, uma vez que se localizam em territórios insulares e inseridas em estatutos legais bastante diversificados tais como: Políticas Ambiental, Urbana, de Gerenciamento Costeiro e das Comunidades Tradicionais.

² Decreto Municipal n. 3.207, de 05 de julho de 1982.

³ SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Lei nº. 9.985 de 2000.

⁴ ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social.”[...] são aquelas destinadas à implementação de programas de regularização urbanística, fundiária e produção, manutenção ou qualificação de Habitação de Interesse Social”. (SALVADOR, 2008, p.47).

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

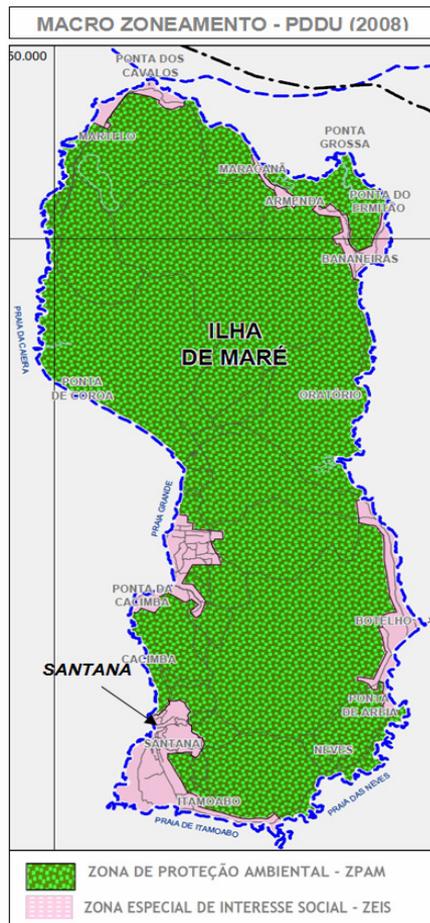


Figura 2 – Macrozoneamento PDDU
Fonte: PDDU 2008

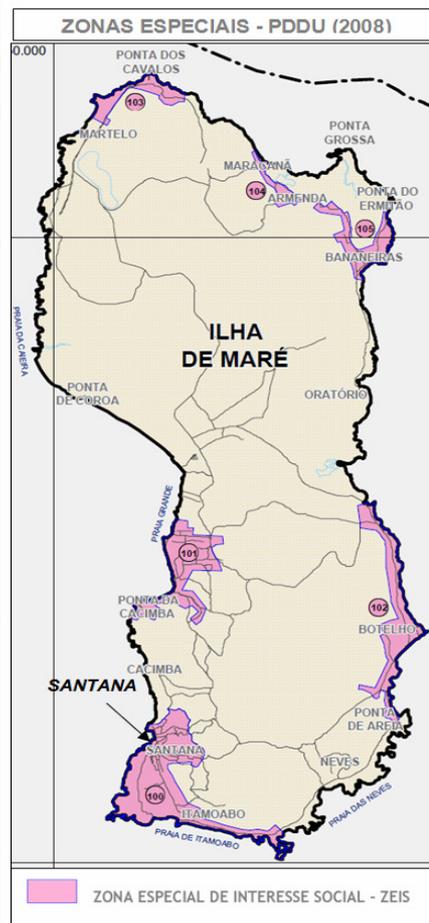


Figura 3 – Zonas Especiais (ZEIS)
Fonte: PDDU 2008

2.3. A GESTÃO TERRITORIAL

A Ilha de Maré enquanto ilha costeira pertence ao patrimônio da União bem como as suas áreas litorâneas e interiores, definido na Lei nº 9636/98 e Decreto-Lei nº 9761/46 que ninguém possui o direito pleno da propriedade fundiária em Maré.

O patrimônio da União é gerido pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU/BA), que não participa de modo sistemático de licenciamento integrado com outros órgãos públicos de controle territorial, analisando ao serem solicitados por interessados em ocuparem os terrenos de marinha. Sem o licenciamento integrado, a Ilha de Maré não é suficientemente protegida do ponto de vista da gestão legal do seu território, aplicável pelos 3 níveis de governo pelas seguintes leis:

- A Legislação utilizada pela SPU para controle do regime de propriedade do solo, a Lei nº 9636/98 e Decreto-Lei nº 9761/46 (disponível).
- O Zoneamento Ambiental sob responsabilidade do Instituto do Meio Ambiente (IMA/SEMA), pois a ilha pertence à APA BTS (ainda não disponível).

- O Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo, a cargo da Superintendência Municipal de Controle do Uso e Ocupação do Solo (SUCOM) (disponível).

Na prática, as transações de imóveis são informais, e as propriedades vem sendo respeitadas mediante reconhecimento dos moradores mais antigos. Verifica-se também o sistema de “meia” ou recibos de compra e venda, no caso de pequenas propriedades rurais ou lançando os imóveis individuais no cadastro de proprietários do IPTU, na tentativa de assegurar-se maior posse do imóvel.

3. VILA DE SANTANA

Santana é uma localidade da costa oeste da Ilha de Maré, representado pelo setor censitário do IBGE nº 004, o menor e responsável por abrigar seu maior contingente populacional além de reunir os serviços essenciais voltados para os moradores (ver fig 4). Segundo IBGE (2000) possuía 907 habitantes residentes, 237 domicílios, com área de 35,20 ha e densidade de 25,77 hab/ha. Verificam-se baixos índices sócio-econômicos no local, uma vez que 80,17% dos moradores não ultrapassavam 2 salários mínimos e 81,01% dos chefes de domicílios possuíam até 4 anos de estudo.



Figura 4 - Localização de Santana
Fonte: Base Cartográfica da Bahia. SEI, 2001

3.1. EXPANSÃO URBANA (1976 – 2009)

Visando observar o crescimento da localidade serão avaliadas 3 fotos aéreas de diferentes épocas (1976, 1989, 2002), mantendo-se o mesmo intervalo de 13 anos entre

as mesmas, além de uma imagem mais atual (2009), do *GoogleEarth*, analisando-se os fatores indutores da ocupação. Observa-se que a Vila desenvolvia-se inicialmente de modo harmonioso, sobre 3 eixos viários: o principal, denominado Rua Beira Mar que fazia a interligação entre Itamoabo/Santana/Praia Grande e possuía casas apenas em uma das laterais e o limite era a murada do cemitério. O segundo eixo dava acesso ao Alto do Dendê, este ainda pouco densificado, com caminhos com largura razoável e tênue alinhamento das casas. O 3º eixo, Rua do Mirante, semi-ocupado, de onde brotavam fontes d'água utilizadas para abastecimento (ver fig 5).

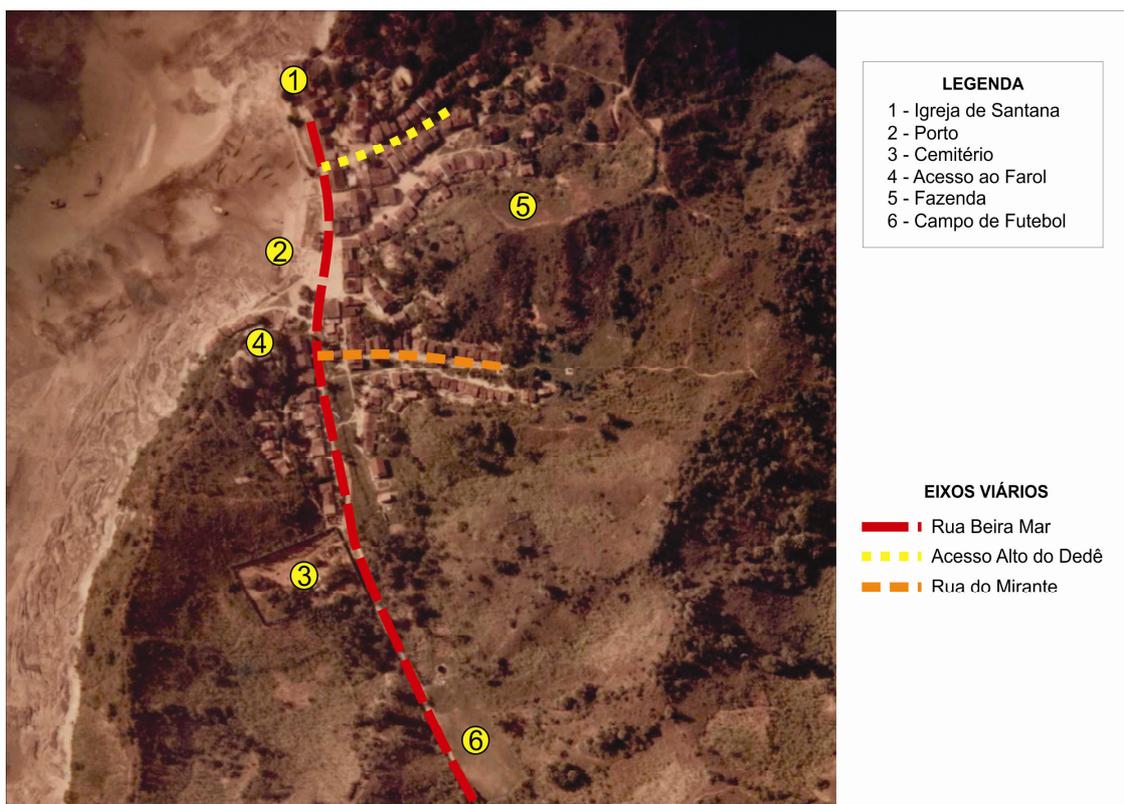


Figura 5 – Ocupação de Santana – 1976

Fonte: Base Cartográfica SICAR/RMS (Salvador)
Fotografias Aéreas Verticais. CONDER/INFORMS.

Nesta época (1976) destacam-se marcos importantes: a Igreja de Santana, o porto, o campo de futebol e o cemitério - o único que serve até hoje à ilha. Observam-se os espaços públicos livres de ocupações, seus caminhos e largos com amplas visuais para a praia. Na vila predominava a ocupação nas cotas mais baixas, ainda sem avançarem para as encostas, estas, ocupadas por fazendas que faziam limite à ocupação. A vegetação e a paisagem preservadas conferiam a Santana uma atmosfera aprazível, sendo à época considerada a “capital” da Ilha.

Passados 13 anos (1989) transformaram-se alguns espaços da vila: estreitou-se e adensou-se a Rua Beira Mar, que contava com novo alinhamento de casas na lateral outrora desocupada, e surgiram as novas ocupações após a murada do cemitério as quais viriam a constituir a Av. Malhada (ver fig 6).

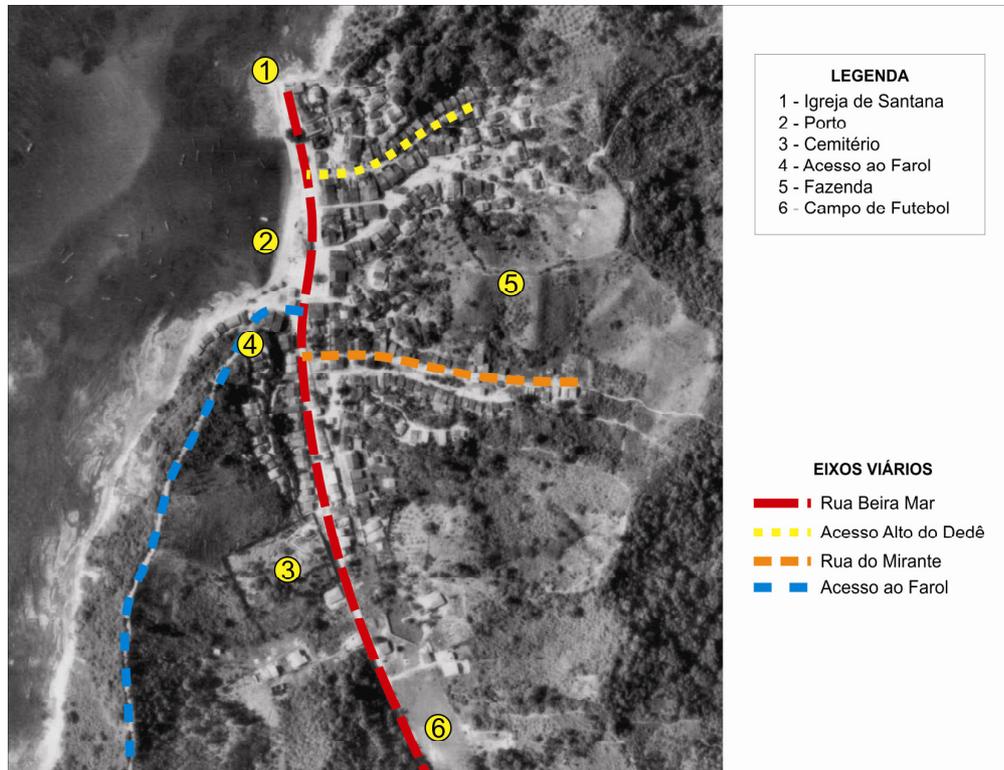


Figura 6 – Ocupação de Santana – 1989
Fonte: Base Cartográfica SICAR/RMS (Salvador).
Fotografias Aéreas Verticais. CONDER/INFORMS.

A pressão por expansão concentrou-se prioritariamente no 1º eixo (passagem para Itamoabo), mas observa-se uma extensão dos 2 caminhos principais de acesso aos morros (Alto do Dendê e Rua do Mirante). Na porção baixa ainda estavam preservados as visuais para a praia, e o largo do porto, desocupado. Ressalta-se a abertura de um novo caminho pela linha de cumeada até o Farol (este não contemplado nestas fotos).

Passados 13 anos (2002) a decadência na qualidade das ocupações aumentou. (ver fig. 7). Adensaram-se os caminhos, desorganizaram-se os espaços públicos e duas antigas fontes d'água da Rua do Mirante foram aterradas para dar lugar a novas ocupações. A Rua Beira Mar, já comprometida, não oferecia espaços para brincadeiras ou lazer na “beirada das portas”, e os 2 eixos de acesso aos morros receberam novos caminhos. A Avenida Malhada consolidou-se com a maioria das casas sendo utilizadas para veraneio. Observa-se ainda pela foto de 2002 uma impactante área desmatada e queimada na encosta, ao fundo do cemitério, no acesso para o farol.

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

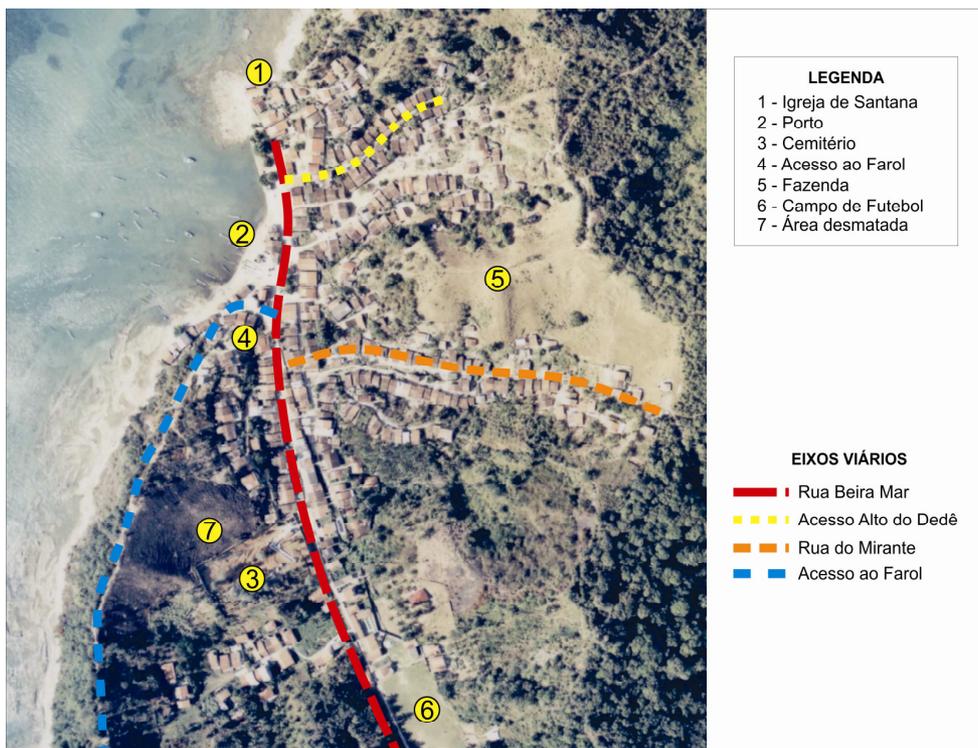


Figura 7 – Ocupação de Santana – 2002

Fonte: Base Cartográfica SICAR/RMS (Salvador).
Fotografias Aéreas Verticais. CONDER/INFORMS.

Mais recentemente (2009) as ocupações no cais e largo do porto já comprometem a vista para o mar, invadindo os espaços coletivos principais da vila (ver fig 8). A área de mata queimada em 2002 abriga pastagem (ociosa) após 7 anos.

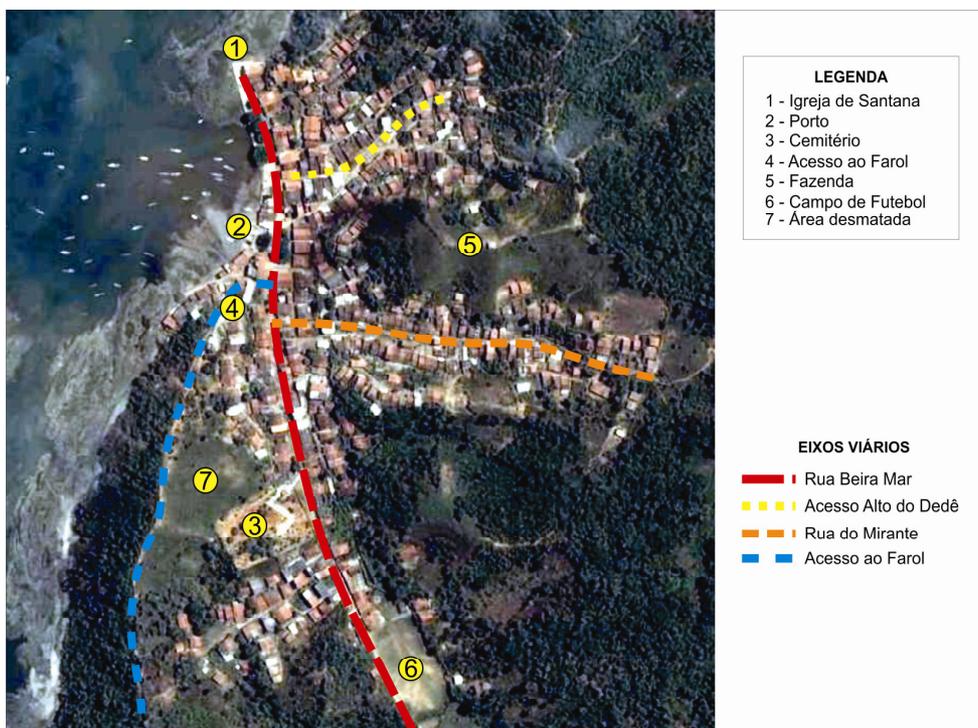


Figura 8 – Ocupação de Santana – 2009

Fonte: Imagem do Google Earth.

A pressão por novas ocupações e as barreiras impostas pelas fazendas e encostas da vila, faz com que moradias, comércio e serviços se reproduzam de modo aleatório: desdobramento de lotes, aterramento de veios de drenagem, valendo-se de tudo por novos espaços. Atualmente, grande parte das ocupações de Santana encontra-se em áreas de risco e vila apresenta-se degradada, com acessos íngremes e caminhos tortuosos, exatamente como áreas com ocupações irregulares da metrópole.

3.2. URBANIZAÇÃO (IN) SUSTENTÁVEL

Em Santana, as ruas são ao mesmo tempo caminhos de pedestres e circulação com animais. Na maioria, são de areia misturada com barro e veios naturais de escoamento da drenagem pluvial e de algumas nascentes de morros, que misturados com esgotos são despejados no porto e Praça da Igreja de Santana (ver fig. 9,10 e 11).



Figura 9 - Macro drenagem
Fonte: Registro pessoal da autora, 2010



Figura 10 - Esgoto na Praia
Fonte: Registro pessoal da autora, 2010



Figura 11 - Praia e Porto
Fonte: Registro pessoal da autora, 2010

Observaram-se inúmeras ocupações situadas em áreas de risco, impróprias para moradia, sujeitas a deslizamento, em desacordo com a legislação (ver fig. 12). Outras encontram-se sobre a areia da praia, sem o recuo exigido por lei, obstruindo visuais interessantes para o mar e comprometendo a ventilação do vilarejo (ver fig. 13).



Figura 12 - Morro com ocupações informais
Fonte: Registro pessoal da autora, 2010



Figura 13 - Ocupações irregulares
Fonte: Registro pessoal da autora, 2010

Como o poder público não disponibiliza áreas para expansão, nem fiscaliza a ocupação, esta ocorre à revelia do planejamento. Sem esse controle, resultaram destruídas duas fontes de água que existiram durante muito tempo em Santana, segundo

relato de moradores, e a tendência que se verifica atualmente é de verticalização das edificações, executadas por leigos (ver fig. 14).



Figuras 14 – Tipologia e Autoconstrução
Fonte: Registro pessoal da autora, 2010



Figuras 15 - Largos Ocupados por Bares
Fonte: Registro pessoal da autora, 2010

Os espaços públicos são raros em Santana. Assim, as crianças não dispõem de área para brincadeiras, pois largos e praças públicas encontram-se ocupados por estruturas de bares privados, portanto, brincam nas estreitas ruas e becos onde moram (ver fig. 15).

A maioria das edificações são moradias, muitas voltadas para veraneio, permanecendo boa parte do tempo fechadas ou utilizadas nos finais de semana por proprietários residentes no subúrbio de Salvador. Pode-se considerar o padrão construtivo em Santana razoável, com casas simples em alvenaria de blocos, com 2 e 3 pavimentos, e vale registrar que não se verificaram edificações com materiais precários como madeirite, taipa ou plástico.

Atualmente, os barcos de transporte param em Itamoabo e os moradores de Santana saltam dentro d'água e efetuam, à pé, o percurso entre as duas localidades (ver fig 16) dificultando a acessibilidade de idosos e portadores de deficiência (ver fig.17).



Figura 16 - Desembarque

Fonte: SEDUR,2009

4. ASPECTOS CONCLUSIVOS

O processo de urbanização de Ilha de Maré, ilustrado em maior detalhe pela urbanização informal de Santana, além de impactos e degradação ambiental, coloca em risco a sobrevivência de comunidades extrativistas que são a maioria dos moradores, onde a urbanização verificada é resultado de processos de exclusão social. Para a maioria, entretanto, não está evidenciado o seu grau de dependência dos recursos naturais, e que as transformações e perdas econômico-sociais guardam estreita relação com mudanças estruturais que afetam não só a ilha, mas a sua região de inserção, no caso, a Baía de Todos os Santos.

Pela peculiaridade de limites rígidos impostos pela configuração insular, a ilha apresenta problemas e soluções que dizem respeito tanto ao seu âmbito interno, quanto a circunstâncias externas, ao contexto no qual está inserida. Um modelo de sustentabilidade para a Ilha de Maré, tem, portanto, que ser concebido nas escalas micro (resolvendo-se questões locais, as quais deverão estar sob responsabilidade do poder municipal, tal como a provisão das infraestruturas), e questões macro, de maior complexidade, envolvendo outros níveis de governo, competentes para a articulação das políticas setoriais e priorizando a geração de emprego e renda em todo o conjunto que compõe a BTS e a própria RMS.

Esta claro que Maré encontra-se na contramão de uma correnteza de urbanização veloz, inerente à metrópole e ao desenvolvimento industrial. Ocorre que o próprio poder público prioriza o interesse do capital (industrial), em detrimento da manutenção da integridade das cadeias de produção do extrativismo e turismo ecológico.

Com postura mais isenta, o poder público assumiria o necessário controle sobre toda e qualquer atividade na BTS e suas ilhas, promovendo a imediata aplicação dos instrumentos de gestão territorial disponíveis, e priorizando a conclusão do importante Zoneamento Ambiental e Plano de Manejo da APA da Baía de Todos os Santos. Por sua vez, a comunidade deve continuar construindo a sua organização social, pautada numa ilha sem Norte, nem Sul, unida e conectada em redes sociais locais, regionais e globais. A disseminação de centros digitais seria útil para esta inclusão. Importa também aos moradores acesso com transparência a conhecimento e informações científicas concernentes à real capacidade de carga da ilha e suas vulnerabilidades presentes e futuras.

5. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Discursos da Sustentabilidade Urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, n. 1, 1999.

BACKES, Raul E. **Noção de Sustentabilidade** s/l, 2002. Disponível em www.yahoo.com.br. Acesso em: 28 de abril de 2011.

BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio, Coordenação de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia. **Projeto “Baía de Todos os Santos”**. Salvador, 1974c.

_____.Centro de Recursos Ambientais. **Diagnóstico Ambiental da APA Baía de Todos os Santos**. Salvador, 2001.

_____.Secretaria de Turismo. **Plano Estratégico de Turismo Náutico**. FEA, UFBA. Salvador, 2009. Disponível em www.setur.ba.gov.br. Acesso em 23-05-11.

BORJA, P; MORAES, L.R; DIAS, M.C. Índice de Salubridade Ambiental em Áreas de Ocupação Espontâneas: Um Estudo em Salvador. In **ANAIS CONGRESSO NACIONAL DA ABES**. Santa Catarina, 2003.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. Disponível em www.palmares.gov.br. Acesso em maio, 2010.

CARLOS. A F A. O Meio Ambiente Urbano e o discurso ecológico. (Estudo) In **3º Encontro Nacional de Estudos sobre o Meio Ambiente**. Londrina, 1991.

ESCUADERO, Silvia. **Urbanização (In) sustentável em Ilha de Maré: Estudo de caso da vila de Santana**. 2010. 85f. Monografia (Especialização)–UCSAL, Salvador, Bahia.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento Urbanismo e Meio Ambiente (SEPLAM). Decreto Municipal n. 3.207, cria a Reserva Ecológica Municipal de Ilha dos Frades e de Ilha de Maré. Salvador, 1982.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN). **Estudos Ambientais para o PDDU**. Salvador, 2000.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento Urbanismo e Meio Ambiente (SEPLAM). Lei 7.400 do **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU)**. Salvador, 2008.

SANTOS, E; PINHO, J A.G ; MORAES, L R S.; FISCHER, T. (org.). **O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes** – CIAGS/UFBA; SEMA. Salvador, 2010. 486p.